



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo nº 1001987-42.2017.8.26.0654

Vara Única de Vargem Grande Paulista, SP

COLÉGIO COGNOS EDUCACIONAL LTDA – ME
COLÉGIO LEÃO DE JUDÁ EDUCACIONAL – ME

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES DE DEZEMBRO 2017

(Art. 22, inciso II, alínea “c” da Lei 11.101/2005)

INCIDENTE PROCESSUAL Nº 0000156-39.2018.8.26.0654

Documentos utilizados
neste relatório enviados
pela Recuperanda em:

15/03/2018

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.

Responsável Técnico: Mauricio Galvão de Andrade

Administrador de Empresas - CRA/SP 135.527

Contabilista - CRC/SP 1SP 168.436



ÍNDICE

TÍTULO	Página
I- Das Considerações Iniciais	3
II- Dos Objetivos Deste Relatório	3
III- Das Diligências aos Estabelecimentos do Grupo	4
IV- Do Perfil da Dívida das Recuperandas	7
V- Da Análise dos Resultados Históricos	7
1- Receita Bruta de Serviços	8
2- Receita Líquida	8
3- Despesas Gerais	9
4- Resultado Líquido	10
VI- Análise dos Balanços Apresentados	10
1- Liquidez Corrente	11
2- Liquidez Geral	11
3- Grau de Endividamento	12
4- Capital de Giro	12
VII- Da Evolução do Número de Empregados	13
VIII- Dos Tributos	13
IX- Do Endividamento Tributário	14
X- Da Posição Tributária	14
XI- Da Movimentação Financeira	15
XII- Do Andamento do Processo	16
XIII- Do Andamento dos Trabalhos da Administração Judicial	16
XIV- Dos Documentos Utilizados	18
XV- Da Conclusão	18
XVI- Encerramento	20



I- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trata-se de Relatório Mensal das Atividades elaborado pelo Administrador Judicial nos autos do processo de Recuperação Judicial do do **GRUPO COGNOS**, composto pelas empresas COLÉGIO COGNOS EDUCACIONAL LTDA – ME e COLÉGIO LEÃO DE JUDÁ EDUCACIONAL LTDA – ME.

As empresas atuam na prestação de serviços de educação infantil, com sede no município de Vargem Grande Paulista/SP, onde são desenvolvidas e geridas as atividades empresariais.

O pedido de recuperação judicial foi ajuizado em 05/12/2017. O processamento da recuperação judicial foi deferido em 19/12/2017, por meio da decisão de fls. 265/266, publicada em 02/02/2017.

Tendo em vista a confusão patrimonial e de caixa existente entre as empresas, a Administração Judicial recomendou a adoção da consolidação substancial do processo. Aguarda-se pela apreciação do MM. Juízo, para a publicação do Edital previsto no parágrafo único do art. 52 da Lei 11.101/2005 de forma consolidada.

As Recuperandas estão com sua contabilidade atrasada, no entanto, vêm se empenhando para concluir os balancetes mensais. Em 15/03/2018 foi recebido o fechamento do resultado do ano de 2017. As empresas relataram que a contabilidade está passando por mudança estrutural e acreditam que os balancetes deverão estar em dia para o próximo relatório.

II- DOS OBJETIVOS DESTE RELATÓRIO

- a) **Apresentar ao MM. Juízo o Relatório Mensal das Atividades da Recuperanda, referente ao fechamento de dezembro/2017, conforme determinado no art. 22, inciso II, alínea “c” da Lei 11.101/2005;**



- b) Mostrar as fotografias atuais das instalações da Recuperanda;
- c) Analisar os resultados históricos;
- d) Mostrar a posição econômico-financeira histórica;
- e) Informar sobre a evolução do número de Empregados;
- f) Informar sobre o recolhimento/pagamento dos tributos;
- g) Informar sobre a movimentação financeira da Recuperanda;
- h) Prestar informações sobre o andamento processual;
- i) Prestar informações sobre o andamento dos trabalhos da Administração Judicial.

III- DAS DILIGÊNCIAS AOS ESTABELECIMENTOS DO GRUPO

A Administração Judicial diligenciou aos estabelecimentos das Recuperandas em 23/02/2018, onde verificou que as empresas estão em funcionamento e bem instaladas. Segundo o diretor da escola, houve um aumento significativo no quadro de alunos e as salas de aulas estão completas.

Durante a diligência, registrou-se as seguintes fotografias:

COLEGIO COGNOS - Vargem Grande Paulista/SP em 23/02/2018





Localizado na mesma rua, em frente ao Colégio Cognos, está o Colégio Leão de Judá, que abriga os alunos do berçário e maternal, conforme mostram as fotografias abaixo:

COLÉGIO LEÃO DE JUDÁ – Vargem Grande Paulista/SP em 23/02/2018



NOTA: A Diretoria do Grupo informou que possui autorização dos pais para o caso de eventuais registros fotográficos de seus filhos.

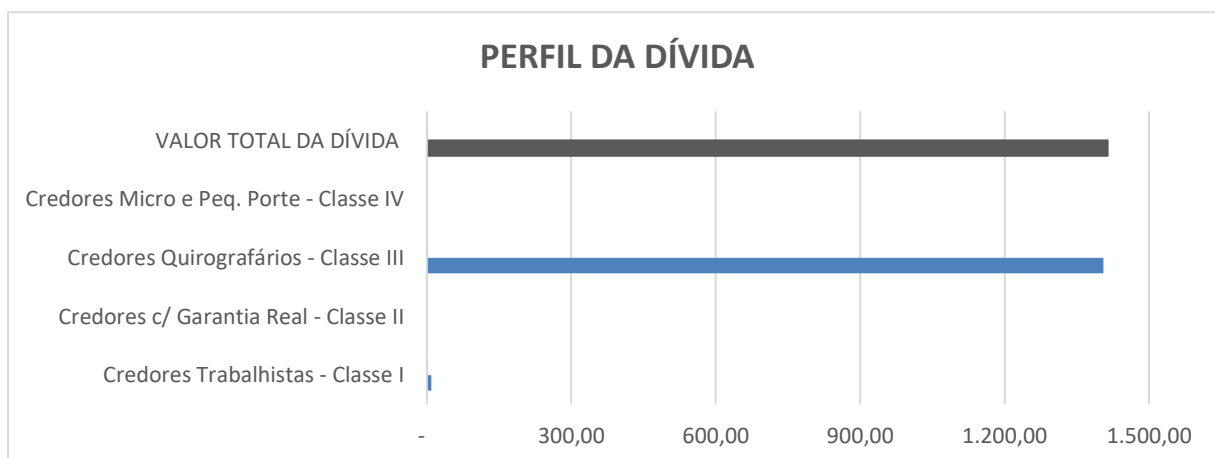


IV- DO PERFIL DA DÍVIDA DAS RECUPERANDAS

Segue abaixo a composição da dívida sujeita aos efeitos da recuperação judicial, informada pelas Recuperandas:

PERFIL DA DÍVIDA		
CLASSIFICAÇÃO	VALOR	%
Credores Trabalhistas - Classe I	8,64	0,61%
Credores c/ Garantia Real - Classe II	-	0,00%
Credores Quirografários - Classe III	1.405,50	99,39%
Credores Micro e Peq. Porte - Classe IV	-	0,00%
VALOR TOTAL DA DÍVIDA	1.414,14	100,00%

* Valores em R\$ 1000



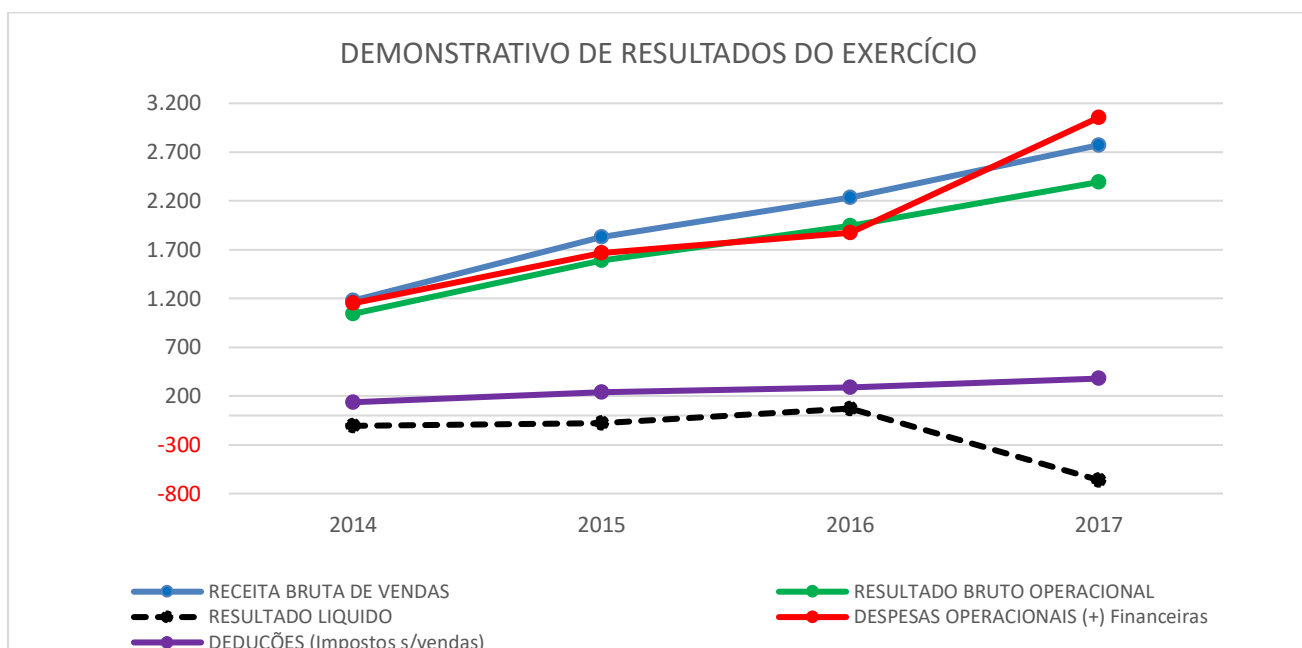
V- DA ANÁLISE DOS RESULTADOS HISTÓRICOS

Com base nas Demonstrações de Resultado apresentadas pelas Recuperandas (DOC. 1), a Administração Judicial passa a fazer a análise dos resultados das empresas desde o ano de 2014 até o encerramento do ano de 2017, com o objetivo de mostrar graficamente os resultados e a situação econômico-financeira das Recuperandas.



DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO						
Período	RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	DEDUÇÕES (Impostos e Cancelamento)	RECEITA LÍQUIDA		DESPESAS GERAIS	RESULTADO LÍQUIDO
2014	1.178,64	136,19	1.042,45	88,45%	1.150,66	-108,21
2015	1.829,69	240,70	1.588,98	86,84%	1.668,27	-79,29
2016	2.232,78	286,10	1.946,68	87,19%	1.874,93	71,74
2017	2.771,63	378,61	2.393,03	86,34%	3.054,70	-661,68

*Valores em R\$ 1.000



1. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

- A Receita Bruta das Recuperandas registrou crescimento de 135,15% entre 2014 e 2017.

2. RECEITA LÍQUIDA

- O Lucro Bruto cresceu 129,55% entre os anos de 2014 a 2017. As empresas operaram com margem bruta de 86,34% sobre a Receita Bruta Operacional.



3. DESPESAS GERAIS

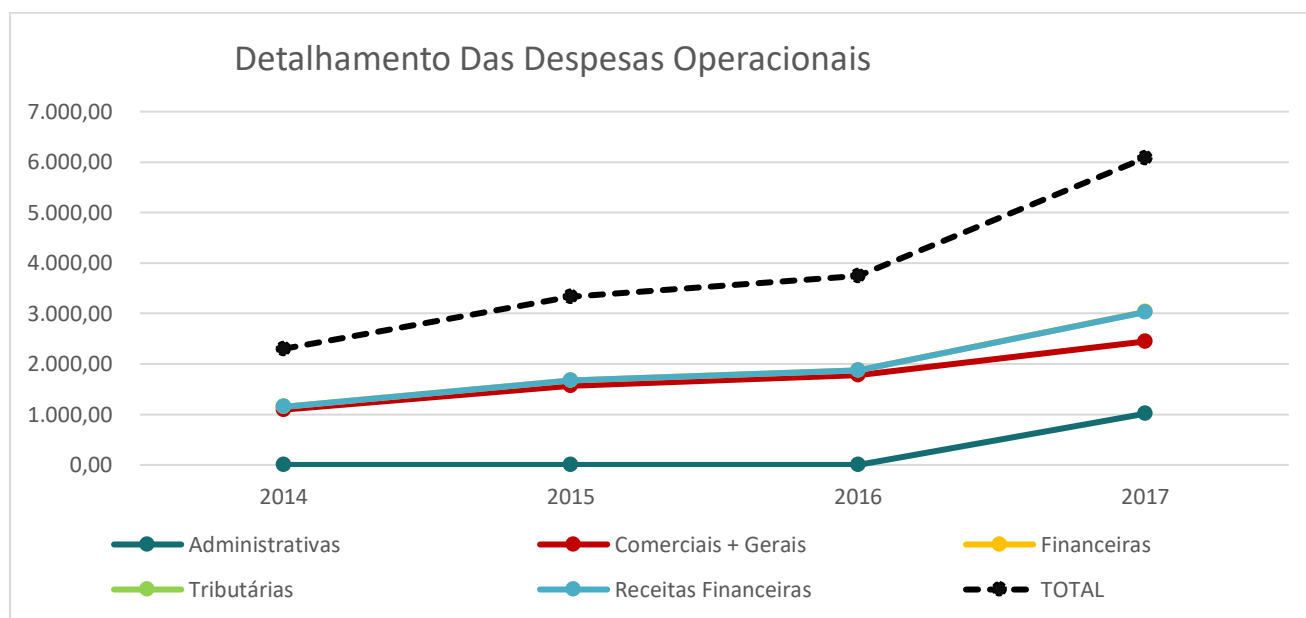
As Recuperandas estão enquadradas no regime tributário do Simples Nacional e até 2016, suas demonstrações contábeis eram feitas de forma simplificada e pouco analítica.

Em virtude da recuperação judicial, e a pedido da Administração Judicial, as empresas ajustaram seus demonstrativos de 2017 para tornar a escrituração contábil mais analítica, proporcionando uma melhor análise do resultado.

No entanto, ainda há mais ajustes que serão realizados para os demonstrativos mensais de 2018.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS						
Mês/Ano	Administrativas	Gerais e comerciais	Financeiras	Tributárias	Receitas Financeiras	TOTAL
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
2014	0,00	1.095,14	56,48	0,00	-0,97	1.150,66
2015	0,00	1.570,28	98,80	0,00	-0,80	1.668,27
2016	0,00	1.782,39	93,74	0,00	-1,20	1.874,93
2017	1.016,01	1.430,83	586,83	26,10	-5,06	3.054,70

Valores em R\$ 1000





- As Despesas Operacionais aumentaram 165,47% no período analisado. Comparando-se o ano de 2017 ao mesmo período de 2016, esse crescimento é de 62,92%. Em 2017 as despesas superaram a receita líquida e as Recuperandas operaram com prejuízo.

4. RESULTADO LÍQUIDO

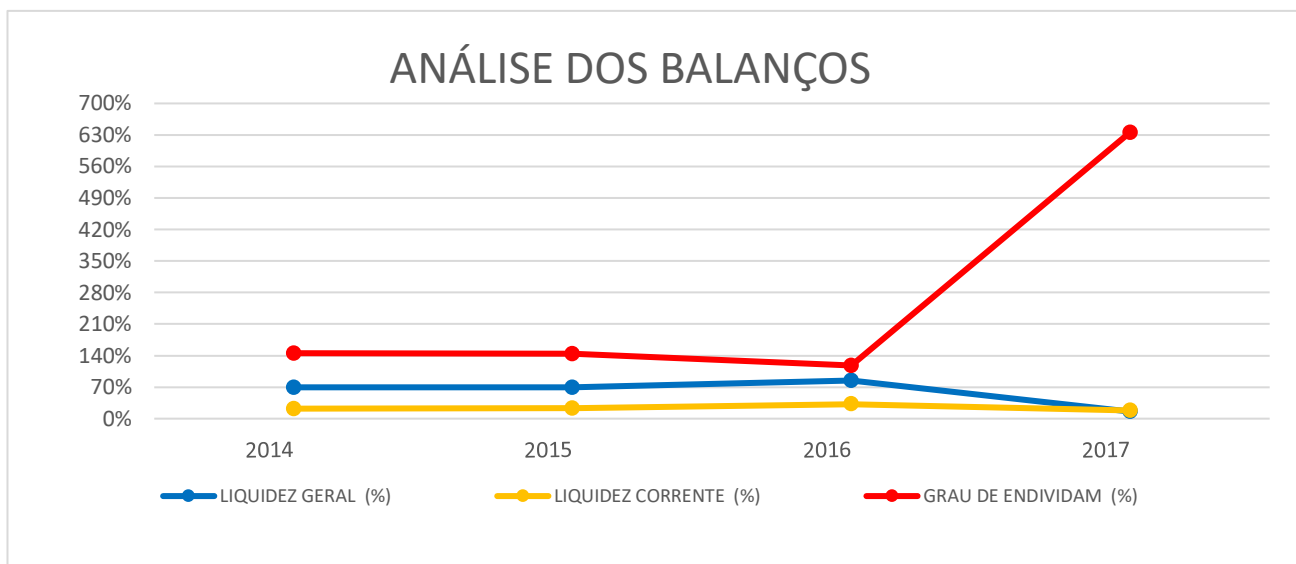
- Durante o período analisado as Recuperandas auferiram resultado positivo somente no ano de 2016. No ano de 2017 o prejuízo acumulado totaliza o valor de R\$ 661.675,53.

VI- DA ANÁLISE DOS BALANÇOS APRESENTADOS

A Administração Judicial mostra abaixo, indicativos econômico-financeiros básicos, obtidos por meio da análise dos balanços de 2014, 2015, 2016 e 2017 apresentados pelas empresas (DOC. 1).

BALANÇOS					ANÁLISES		
Período	LIQUIDEZ CORRENTE		LIQUIDEZ GERAL		LIQUIDEZ CORRENTE	LIQUIDEZ GERAL	GRAU DE ENDIVIDAM
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Total Realizável	Total Exigível	(%)	(%)	(%)
2014	139,20	620,06	429,10	621,72	22,45%	69,02%	144,89%
2015	243,49	1.049,36	737,07	1.060,40	23,20%	69,51%	143,87%
2016	263,94	824,54	995,79	1.175,95	32,01%	84,68%	118,09%
2017	300,55	2.592,94	472,32	3.004,81	18,22%	15,72%	636,19%

* Valores em R\$ 1000



1. LIQUIDEZ CORRENTE

- ✓ **Demonstra a capacidade pagamento das dívidas de curto prazo em um determinado momento.**
- Houve queda de 4,23 pontos percentuais na Liquidez Corrente entre 2014 a 2017. Atualmente a Recuperanda demostra a capacidade de pagamento de 18,22% da dívida de curto prazo.

2. LIQUIDEZ GERAL

- ✓ **Demonstra a capacidade de pagamento das obrigações no longo prazo, medida em um determinado momento.**
- Observa-se redução de 53,30 pontos percentuais na Liquidez Geral de 2014 a 2017. Atualmente a empresa dispõem de ativos para o pagamento de 15,72% do valor do passivo.



3. GRAU DE ENDIVIDAMENTO

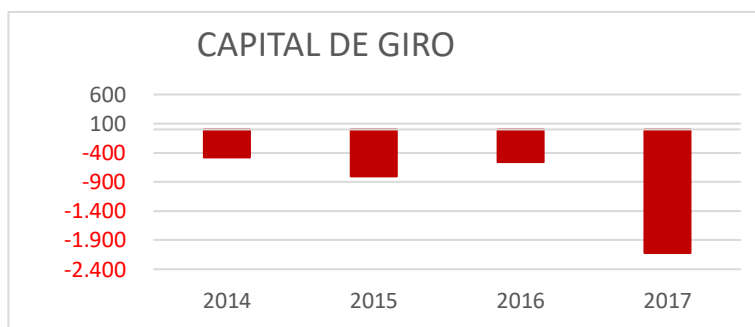
- ✓ O cálculo do Grau de endividamento considera as dívidas de curto e longo prazo, portanto, a suspensão dos pagamentos sujeitos à Recuperação Judicial não interfere no resultado.
- A análise mostra que o Grau de Endividamento aumentou significativamente entre os anos de 2014 e 2017. Atualmente as dívidas das empresas representam 636,19% de seus ativos.

4. CAPITAL DE GIRO

- ✓ É o capital próprio que efetivamente está disponível para alimentar as próximas operações da empresa.

CAPITAL DE GIRO			
Período	Ativo Circulante	Passivo Circulante	VALOR
2014	139,20	620,06	-480,86
2015	243,49	1.049,36	-805,87
2016	263,94	824,54	-560,60
2017	472,32	2.592,94	-2.120,63

Valores em R\$ 1000



- O Capital de Giro vem apresentando valor negativo no decorrer do período analisado;
- Verifica-se aumento de 341,01% na necessidade de Capital de Giro da Recuperanda entre 2014 a 2017.



VII- DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS

O Resumo das Folhas de Pagamentos de janeiro a novembro de 2017 não foram enviados a Administração Judicial. Com base no resumo das folhas de pagamentos referentes ao mês dezembro/2017 (DOC. 2), informa-se abaixo o número de empregados ativos nas empresas.

EVOLUÇÃO - Nº de EMPREGADOS			
Mês/ano	Cognos	Leão de Judá	Total
Dez/17	30	12	42

VIII- DOS TRIBUTOS

As Recuperandas não apresentaram os informes referentes aos Encargos Sociais do período de janeiro/17 a dezembro/17, bem como não apresentaram os comprovantes de pagamentos dos Tributos e Encargos Sociais.

INFORMES APRESENTADOS - DEZEMBRO/2017	Orgão Expedidor	Apresentado
GFIP (Declaração s/ Apuração INSS e FGTS)	Ministério Previdência Social	NÃO
PG-DAS (Declaração Simples Nacional)	Receita Federal	SIM
Relatório e-CAC – Situação Fiscal (Receita Federal)	Receita Federal	SIM
Relatório ISS - Extrato	Prefeitura	NÃO

COMPROVANTES APRESENTADOS DOS ENCARGOS SOCIAIS				
Competência de Novembro/2017 - Vencimento em Dezembro/2017				
COLEGIO COGNOS EDUCACIONAL LTDA - ME				
COLEGIO LEAO DE JUDA EDUCACIONAL LTDA - ME				
Mês	TIPO DE TRIBUTO	REFERÊNCIA/ORIGEM	VALORES	
			DEVIDO	PAGO
1	FGTS	Empregados	-	-
2	INSS	Folha de Pagamentos - Empregado	-	-
3	INSS	Contribuição Patronal Previdenciária (CPP)	R\$ 13.105,01	-
4	IRPJ	S/ Lucro apurado	R\$ 1.520,23	-
5	CSLL	S/ Lucro apurado	R\$ 1.520,23	-
6	COFINS	S/ Faturamento	R\$ 4.543,57	-
7	PIS/Pasep	S/ Faturamento	R\$ 1.099,29	-
8	ISS	S/ Serviços	R\$ 11.015,89	-
TOTAL			R\$ 32.804,22	-



IX- DO ENDIVIDAMENTO TRIBUTÁRIO

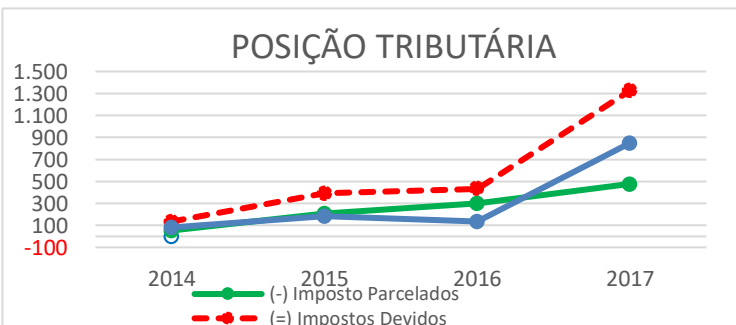
As Recuperandas não apresentaram o relatório da posição tributária referente ao período/2017, conforme o relatório de Situação Fiscal emitido pela Receita Federal em 24/01/2018 (DOC. 3) há negociação de parcelamentos. Verificou-se no relatório complementar de Situação Fiscal que existem débitos enviados para Procuradoria Geral Fazenda Nacional – PGFN e parcelamentos com exigibilidade suspensas.

X- DA POSIÇÃO TRIBUTÁRIA

Apresenta-se abaixo os valores das dívidas tributárias obtidos nos balanços apresentados de 2014 a 2017.

POSIÇÃO TRIBUTÁRIA			
Ano	(+) Obrigações Tributárias e Sociais	(-) Imposto Parcelados	(=) Impostos Devidos
2014	81,62	54,04	135,66
2015	183,29	207,68	390,96
2016	134,48	299,22	433,70
2017	849,21	477,38	1.326,58

* Valores em R\$ 1000



- Verifica-se que entre o encerramento do exercício de 2014 e o de 2017 houve crescimento significativo da dívida tributária.

Administração Judicial realizou em 22/03/18, consultas nos websites das Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral da Fazenda (DOC. 3), e obteve a posição do endividamento tributário inscrito na dívida ativa, resumida no quadro seguinte:



COLÉGIO COGNOS EDUCACIONAL LTDA ME - CNPJ: 09.082.866/0001-63			
COLÉGIO LEÃO DE JUDÁ EDUCACIONAL LTDA ME - CNPJ: 21.869.232.0001/50			
CONSULTAS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - Dívida Ativa - Estadual/Federal em 22/03/18			
ÓRGÃO PÚBLICO	TRIBUTO		VALOR DÍVIDA
DÍVIDA ATIVA - Procuradoria Geral do Estado	ICMS Declarado		Não foram encontrados débitos para os dados informados.
	Autuação		
DÍVIDA ATIVA - Procuradoria Geral da Fazenda	Impostos Federais	Cognos	26.576,22
	Impostos Federais	Leão de Judá	16.817,50
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO TRIBUTÁRIO INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA			43.393,72

XI- DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

As Recuperandas apresentaram os extratos bancários dos meses de janeiro a dezembro/17, porém, deixaram de apresentar os movimentos de caixa, prejudicando a análise completa da movimentação financeira.

(...)



XII- DO ANDAMENTO DO PROCESSO

A Administração Judicial mostra na ilustração abaixo os principais eventos deste processo de Recuperação Judicial e datas em que ocorreram:

GRUPO COGNOS			
Processo nº 1001987-42.2017.8.26.0654 - Vara Única da Comarca de Vargem Grande Paulista			
ANDAMENTO DO PROCESSO			
Data	Evento	Prazo	Prazo
05/12/2017	Pedido de Recuperação Judicial ajuizado		
02/02/2018	Publicação do Deferimento do processamento da recuperação judicial	INÍCIO do Prazo de 60 dias para apresentação do Plano de Recuperação Judicial (Art. 53)	INÍCIO do prazo de suspensão das ações por 180 dias (Art. 6º, § 4º)
05/02/2018	Relatório Inicial da Adm. Judicial (jan a jul/17)		
27/03/2018	Relatório Mensal da Adm. Judicial (dezembro/17)		
07/05/2018		FIM do prazo para apresentação do Plano de Recuperação Judicial (Art. 53)	
29/10/2018			FIM do prazo de suspensão das ações por 180 dias úteis (Art. 6º, § 4º)

* Prazos contados em dias úteis

XIII- DO ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

i. DILIGÊNCIA MENSAL AOS ESTABELECIMENTOS DAS RECUPERANDAS

A Administração Judicial diligenciou os estabelecimentos das Recuperandas, para verificar as operações e registrar fotografias.



ii. RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS MENSAIS

A Administração Judicial vem recebendo e analisando os documentos necessários para a supervisão das atividades da Recuperanda e solicitando os esclarecimentos necessários.

iii. ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA AOS CREDORES

A correspondência de que trata a alínea “a” do inciso I do art. 22 da Lei 11.101/2005, já foi preparada e enviada aos credores.

iv. RECEBIMENTO E ANÁLISE DAS HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

A Administração Judicial vem recebendo as habilitações e divergência de crédito apresentadas e as analisará para oportuna publicação do edital previsto no art. 7º § 2º.

v. APOIO AO CARTÓRIO DA VARA NÃO ESPECIALIZADA

Visando aliviar o peso trazido pelo processo de Recuperação Judicial a uma vara não especializada, a Administração Judicial vem dando todo o apoio necessário ao cartório da Vara Única do Foro da Comarca de Vargem Grande Paulista – SP.

vi. ATENDIMENTO E INFORMAÇÃO AOS CREDORES

A Administração Judicial, por meio do “Painel do Credor” em seu website www.mgaconsultoria.com.br, mantém uma plataforma de informação aos credores contendo as principais peças dos processos de Recuperação Judicial e Falência.

O escritório da Administradora Judicial está à disposição para atendimento aos credores e interessados por meio do e-mail: rjcnos@mgaconsultoria.com.br ou pelo telefone: (11) 3360-0500.



XIV- DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS

Para a elaboração deste relatório mensal foram utilizados os seguintes documentos:

- a) DOC. 1 – Balancete de Verificação e DRE – 2014/2017;
- b) DOC. 2 – Resumo da Folha de Pagamento – dezembro/2017;
- c) DOC. 3 – Relatório de Situação Fiscal (Receita Federal e-CAC) e Dívida Ajuizada – dezembro/2017.

As cópias dos documentos analíticos que eventualmente não foram anexados a este Relatório, por compreenderem grande número de páginas, estão disponíveis para consulta na forma física e/ou digital no escritório da Administração Judicial, mediante agendamento prévio.

XV- DA CONCLUSÃO

Após analisar a documentação juntada aos autos apresentamos a seguir nossas conclusões:

- ✓ **As Recuperandas operam como grupo econômico, porém apresentaram relações de credores independentes. Contudo, tendo em vista o tamanho e as características da operação, bem como considerando a celeridade e economia processual, a Administração Judicial recomendou a consolidação substancial do procedimento;**
- ✓ **A Administração Judicial diligenciou aos estabelecimentos das Recuperandas no dia 23/02/2018, e verificou que ambas estão em funcionamento, bem instaladas, organizadas e bem equipadas;**



- ✓ De acordo com as Recuperandas a contabilidade está passando por mudança estrutural, por esse motivo estão com a contabilidade em atraso e, portanto, não foi possível o envio das demonstrações mensais referente ao ano de 2017;
- ✓ A Receita Bruta cresceu 24,13% em 2017 comparado ao ano anterior, em relação ao ano de 2014 houve crescimento de 135,15%, porém as despesas tiveram aumento superior às receitas, prejudicando o resultado líquido das empresas;
- ✓ As Despesas Operacionais em 2017 cresceram 62,92% em relação ao ano de 2016;
- ✓ Os resultados demonstram que as Recuperandas registraram lucro somente em 2016. No encerramento do exercício de 2017, o prejuízo acumulado totaliza o valor de **R\$ 661.675,53**;
- ✓ Na análise econômico-financeira observa-se que os índices de Liquidez reduziram. Houve aumento significativo no Grau de Endividamento e na necessidade de Capital de Giro;
- ✓ As Recuperandas contam com 42 (quarenta e dois) colaboradores em dezembro/2017;
- ✓ As Recuperandas não apresentaram os comprovantes de pagamentos dos encargos sociais e dos tributos;
- ✓ As Recuperandas apresentaram os extratos bancários dos meses de janeiro a dezembro/17, porém, deixaram de apresentar os movimentos de caixa, prejudicando a análise completa da movimentação financeira;
- ✓ A Dívida Tributária lançada nos demonstrativos contábeis, apresenta crescimento significativo entre 2014 e 2017.



XVI- DO ENCERRAMENTO

Nada Mais - Estando convictos de terem cumprido suas missões de forma plena e satisfatória, os signatários dão por encerrado este trabalho denominado **Relatório Mensal de Atividades**, composto por 20 (vinte) folhas impressas de um só lado e 3 (três) anexos.

São Paulo, 27 de março de 2018.

MAURÍCIO GALVÃO ANDRADE

Contador - Administrador
CRC 1SP 168.436/O-0
CRA SP 135.527

JOSÉ ROBERTO ALVES

Economista
CORECON SP 35.364

GUILHERME JUSTINO DANTAS

Advogado
OAB SP 146.724